



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025

A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, sediada no Centro Cultural de Múltiplo Uso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”, à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, Torna público que, realizará licitação para Registro de Preços, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** por **ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, LC Nº 123/06, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **www.portaldecompraspublicas.com.br**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável e propor a homologação.

ÓRGÃO(S) INTERESSADO(S):	Secretaria Municipal de Esporte
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	Dia 04/12/2025 às 10h (horário de Brasília).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO e ESCLARECIMENTO:	Dia 15/12/2025 às 23h59 (horário de Brasília).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	Dia 18/12/2025 às 08h00 (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	Dia 18/12/2025 às 08h01 (horário de Brasília).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO.
ORÇAMENTO	SIGILOSO

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL:

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DE PRIMEIRA LINHA E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

1.2. A licitação terá sua disputa tipo menor preço por item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

- 3.2.** Para os itens com valores estimados de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.3.** Para os itens com valores estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será aberta à ampla concorrência a cota principal, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do quantitativo previsto para o respectivo item.
- 3.4.** Para os itens com valores estimados da forma do subitem anterior, será destinada cota reservada, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) às empresas enquadradas como MEI, ME e EPP.

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES:

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 4.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.1.2.** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 4.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.1.4.** Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 4.1.7.** Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 4.1.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 4.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 4.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.2.5.** Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 4.2.6.** Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

4.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

4.2.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

4.2.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

4.2.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.3.1. Certidão Negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.4.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do pregão– Comprovação mediante no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

4.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.4.3. Os Atestados de Capacidade Técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.4.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. DO CADASTRO DE RESERVA:

5.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, nos termos do Art. 82, VII, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

DAS CONDIÇÕES GERAIS DO EDITAL:

6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

6.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

7.1. Não poderão disputar esta licitação:

7.1.1. Os licitantes que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.1.2. Os licitantes que se enquadrem no Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.3. Os atentos públicos de órgão ou da entidade licitante ou contratante, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

- 8.5.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 8.5.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 8.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 8.3 ou 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Título IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 8.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 8.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 8.9.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 8.9.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 8.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 9.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 9.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 9.1.2.** Marca de cada item ofertado, quando for o caso;
- 9.1.3.** Fabricante de cada item ofertado, quando for o caso;
- 9.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 9.2.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.3.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.4.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 9.6.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP- PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 10.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 10.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 10.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 10.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.
- 10.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 10.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.
- 10.11.** Na fase de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 10.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 10.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 10.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 10.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

10.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

10.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.18.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.18.5.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (TRÊS) dias úteis contados da solicitação.

10.18.5.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.18.5.4. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.18.5.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.18.5.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO:

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a LC nº123/06.

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1. Se enquadrarem nos casos previstos no Art. 59, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

- 11.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 11.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 11.12.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.13.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 11.14.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 11.15.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 11.16.** Quando for o caso, será solicitado amostra(s) do primeiro classificado, assim, quando não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 12.1.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por emitidos pela internet.
- 12.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 12.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 12.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 12.5.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 12.6.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 12.6.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 12.7.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 12.7.1.** Em caso de apresentação incompleta dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá abrir diligência, no prazo máximo de 02 (duas) horas, para que a empresa sane a pendência detectada.
- 12.8.** A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 12.8.1.** Os documentos relativos à habilitação deverão ser enviados no momento do cadastro da proposta.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

12.8.2. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.3. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13. DAS INTENSÕES E DOS RECURSOS:

13.1. A Intenção de recorrer no sistema, ocorrerá em dois momentos distintos, uma logo após a declaração de arrematantes no processo e a outra, após o término da fase de habilitação, não podendo o prazo ser inferior a 10 (dez) minutos, conforme previsão do Art. 165, §1º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 40 da IN 73/2022.

13.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará os prazos e a forma dispostos no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema: www.portaldecompraspublicas.com.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, se enquadra nas previsões contidas no Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. Os licitantes que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar diretamente no sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16. DA ASSINATURA DA ARP OU CONTRATO:

16.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

16.2. As normas a serem seguidas para aqueles convocados para a assinatura do instrumento contratual ou equivalente, são aquelas estabelecidas no Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. O sistema gerará automaticamente a ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura de Jardim do Seridó/RN.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. Os atos que não possam ser divulgados no Portal de Compras Públicas, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios do RN (FEMURN).

17.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br).

17.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta da ARP;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO IV – Dados da Empresa.

Jardim do Seridó/RN, 03 de dezembro de 2025.

José Fernandes de Oliveira Neto
Pregoeiro



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP- PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 710.013/2025

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais esportivos, de primeira linha e em perfeitas condições de uso, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Jardim do Seridó/RN.

Ite m	Descrição	Unid. Medida	Quant.
01	APARADOR DE CHUTES PARA ARTES MARCIAIS - Fabricado em Poliuretano (PU) e Nylon traçado; Costura reforçada; Enchimento em duas camadas com EVA e espuma de alta densidade; Abamento contendo rebite, pegador para mão; Velcro reforçados na parte traseira; Fechamento em zíper; Ajuste no braço e antebraço; Duas alças com fechamento em velcro. Tamanho P (ESCUDO); cores a definir no pedido pela Secretaria, conteúdo da embalagem: 2 unidades (par).	PAR	20
02	APITO FOX 40 - Cor: preta; Características: Decibéis 115; Material: Apito Plástico com bico revestido de silicone.	UND	10
03	APITO MESÁRIO ROCKET PRETO - Apito Profissional em plástico ABS, sem bolinha, emite 2 sons ao mesmo tempo (BI-Vox) um agudo e outro grave. Medidas Aproximadas: 8,5 x 2,0 cm.	UND	10
04	BOLA DE BASQUETE (NBA DRV #7) - Características: Unissex; Peso: 510 - 567 g; Tamanho: Nº 7; Circunferência: 29,5 polegadas (75 cm); Composição: Borracha de alta durabilidade e resistente a deformações (PU).	UND	5
05	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO (TOPPER SLICK) - Características: Bola Fusionada (Sistema de fusão dos gomos); Tamanho: 66cm - 68cm; Material: 100 % PVC; Válvula Substituível e lubrificado; Qualidade TOPPER; Circunferência: 68 - 70 cm; Indicado para: Dia a Dia; Peso do Produto: 410 - 450 g.	UND	75
06	BOLA DE FUTEVÔLEI (MIKASA FT5) - Cores: Amarela e Preta; Características: 32 painéis; tamanho 5 – oficial; Composição: Material sintético de alta densidade; Circunferência: 68-70 cm; Peso: 410-450 g; Laminada com tecnologia diferenciada para melhor deslize; Calibragem: 3-4 psi.	UND	5
07	BOLA DE FUTSAL ADULTO (PENALTY MAX 1000) - Características; Peso: 410-430g; Circunferência: 62,5-63,5cm Gomos: 14; Laminado: PU PRO; Construção: Termotec; Câmara :6D; Sistema de Forro: Termofixo; Camada Interna: Neotec; Miolo: Cápsula SIS; Processo Extra: Dupla Colagem.	UND	40



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

08	BOLA DE FUTSAL INFANTIL (PENALTY RX 200) - Características; Peso: 350-380g; Circunferência: 55-58cm; Gomos: 6; Laminado: PU; Construção: Ultra Fusion; Câmara: 6D; Sistema de Forro: Termofixo; Camada Interna: Evacel; Miolo: Cápsula SIS; Processo Extra: Dupla Colagem.	UND	60
09	BOLA DE FUTSAL JUVENIL (PENALTY MAX 500) - Características; Peso: 400-440g; Circunferência: 62-64cm; Gomos: 14; Laminado: PU; Construção: Termotec; Câmara: 6D; Sistema de Forro: Termofixo; Camada Interna: Neogel; Miolo: Cápsula SIS; Processo Extra: Dupla Colagem.	UND	60
10	BOLA DE FUTSAL MIRIM (PENALTY MAX 100) - Características; Peso: 300-330g; Circunferência: 52-55cm; Gomos: 8; Laminado: PU; Construção: Termotec; Câmara: 6D; Sistema de Forro: Termofixo; Camada Interna: Neogel; Processo Extra: Dupla Colagem; Miolo: Cápsula SIS.	UND	60
11	BOLA DE TÊNIS DE MESA - Bola de tênis de mesa, material em acetato de celuloide, peso 2,74g, características adicionais aprovada pela federação internacional de tênis.	UND	400
12	BOLA DE VÔLEI DE PRAIA (MIKASA VLS300) - Características; Painéis: 10; Tamanho: 5 – oficial; Composição: Super Composite Cover; Circunferência: 66-68 cm; Peso: 260-280g; Costura de alta precisão; Calibragem: 2.49-4.62.	UND	10
13	BOLA DE VÔLEI DE QUADRA (MIKASA V200W) - Características: 18 painéis aerodinâmicos; Paineis Microfibra; Composição: Super Composite Cover; tamanho 5 – oficial; Circunferência: 65-67cm; Peso: 260-280g. Laminada com uma tecnologia diferenciada para um melhor deslize e com tratamento antibactericida; Calibragem: 4.27 - 4.62 psi.	UND	50
14	BOLA SOCIETY (PENALTY 8) - PU: Conforto. Material Elástico; Peso: 420-450g; Circunferência: 66-69cm; Gomos: 08; Laminado: PU; Construção: Termotec; Câmara: 6D; Sistema de Forro: Termofixo; Camada Interna: Neogel; Miolo: Cápsula SIS; Processo Extra: Dupla Colagem.	UND	25
15	BOMBA PARA BOLAS - Confeccionada em plástico, sistema dupla ação, 01 mangueira extensora, 02 bicos (agulhas) rosqueáveis - (bomba de ar doublé action); Composição: Acrílico; Tamanho (Comprimento): 20,5 cm; Peso: 65g.	UND	20
16	CALIBRADOR DE BOLA DIGITAL - Contém visor de 1/4 LCD e bateria de lítio 3V. Contém: 1 Calibrador Digital e 2agulha; Peso aproximado: Cerca de 115g.	UND	5
17	CAPACETE PARA ARTES MARCIAIS - Capacete Protetor de Cabeça para artes marciais com absorção de impacto. Modelo padrão usado em competições. A região da orelha possui furos que permitem melhor comunicação entre treinador	UND	40



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP- PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

	e atleta; Fechamento do acessório feito com elástico e tira autocolante. Características: Possuem encaixe na cabeça, com proteção para orelhas; Cores: Azul e Vermelho; Tamanhos: P (infantil) até 12 anos de idade; M (juvenil/adulto); G (juvenil/adulto).		
18	COLCHONETES 1,30 X 60 X 5 - Composição interna: Espuma de poliuretano; Composição da capa: Napa impermeável, antiácido e antialérgico; Acabamento: Selado, sem zíper; Densidade: 23.	UND	30
19	COLETE PROTETOR DE TÓRAX PARA ARTES MARCIAIS - Fabricado com material sintético de alta resistência; Fechamento em cordas; Modelo dupla face; possui ombreiras de acordo com as regras da WTF. Alças e costuras reforçadas. Tamanhos: #1, #2, #3, #4 ou #5: #1 - Crianças; #2 - Crianças - até 1,50m; #3 - Juvenil/Adulto - até 1,70m; #4 - Adulto - entre 1,70m e 1,90m.	UND	40
20	CONE CHAPÉU CHINÊS - Tamanho: 5 cm de altura, 20 cm de largura; Material: PVC flexível; Peso do produto em unidade: 35g.	UND	30
21	CONE DE SINALIZAÇÃO COM 50CM - Cores: Branco e Laranja; Material: polietileno; Altura do cone de sinalização: 50 cm; Medida da base: 28 x 28 cm.	UND	50
22	CONES DE 23 A 30CM - Especificações: Altura: 18cm; Largura: 11 cm; Peso: 60g. Cores: Diversas; Material: Polipropileno	UND	50
23	CONJUNTO CARTÃO DE ARBITRAGEM - Cores: vermelho e amarelo; Composição: PVC; Dimensões Aproximadas (LxA): 8 x 10 cm.	UND	5
24	CRONÔMETRO DIGITAL MANUAL (LUATEK KL100) - Resistente: À prova d'água; Multifuncionalidade: Precisão de 1/100 segundos no cronômetro. Funções adicionais: bússola, hora, data e alarme. Visualização Completa: Formato 24h para acesso rápido e fácil a mês, dia, horas, minutos e segundos. Cor: Preto; Material: Acrilonitrilo butadieno estireno; Dimensões: 97P x 24L x 66A milímetros; Peso: 100 Gramas.	UND	5
25	ESCADA DE AGILIDADE - Material: Fita de Nylon ultra resistentes; Degraus em Nylon. Tamanho: 3 metros, com 7 degraus. Peso: 500 gramas aproximadamente.	UND	10
26	FITA DE MARCAÇÃO PARA VÔLEI DE PRAIA 16/08 - Cor: preta; Fita em Polietileno, com proteção UV contra ação do tempo. Ilhós de latão com acabamento niquelado e fixadores de ferro Galvanizado (Anti ferrugem).	UND	15



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

	Formação da quadra 8,00 x 16,00m; Material: Fita em Polietileno (PE) nylon. Medidas: Largura: 8,00m x Comprimento: 16,00m x 6Cm.		
27	MALETA DE FUTEBOL DE BOTÃO AZUL - Contém: 2 times completos; Cores: Preto X Branco; A maleta inclui dois times completos, goleiros em acrílico cristalino, bolas de lã que simulam a movimentação realista, palhetas de acrílico para controle de jogo, e traves desmontáveis para uma experiência de jogo integral. Botões grandes de 60mm de diâmetro e botões menores de 54mm.	UND	10
28	MANOPOLA DE SOCOS PARA ARTES MARCIAIS - Manopla de Soco; Manopla de Foco; Alta Densidade; Couro Ecológico; Formato Anatômico; Costura reforçada; Revestimento externo em Couro Ecológico; Preenchimento de espuma injetada de alta densidade e EVA; Tamanho único; Abertura superior na ponta dos dedos da luva; Dimensões aproximadas: 7cm espessura x 20cm largura x 25cm comprimento; Cores a definir no pedido pela Secretaria, conteúdo da embalagem: 2 unidades (par).	PAR	20
29	MEDALHAS DE OURO PERSONALIZADAS (FUTEBOL, FUTSAL E VOLEIBOL) - Composição do produto: Medalha fundida em metal; Banho: ouro. Medidas: Alt. 67mm Larg. 65mm. Incluso fita de cetim 85 cm de comprimento por 2cm de largura na cor escolhida personalizada com logo da secretaria de esporte e nome do evento.	UND	500
30	MEDALHA MATERIAL ACRÍLICO , tamanho 7 x 7 cm, espessura 10 mm, características adicionais impressão de três cores em serigrafia, componentes cordão em cetim 75 x 4 cm.	UND	400
31	MEDALHAS DE PRATA PERSONALIZADAS (FUTEBOL, FUTSAL E VOLEIBOL) - Composição do produto: Medalha fundida em metal; Banho: Prata. Medidas: Alt. 67mm Larg. 65mm. Incluso fita de cetim 85 cm de comprimento por 2cm de largura na cor escolhida personalizada com logo da secretaria de esporte e nome do evento.	UND	500
32	MESA PARA JOGO DE BOTÃO (1,86X1,21M) - Campo de Jogo: Superfície em MDP com 18 mm de espessura, oferecendo maior densidade, resistência mecânica e planicidade, ideal para precisão na movimentação dos botões; Acabamento Estético: Pintura em dois tons de verde com linhas demarcatórias em branco, simulando o layout dos campos de futebol profissionais europeus; Estrutura: Pés confeccionados em tubo metálico com acabamento em pintura eletrostática epóxi, resistente à abrasão e à corrosão. Estrutura dobrável, permitindo armazenamento otimizado; Acabamento Lateral: Bordas revestidas com material plástico flexível, proporcionando proteção aos componentes do jogo e segurança para os usuários; Peso e Dimensões: Peso aproximado de 37 kg. Dimensões: 1,86 m (comprimento) x 1,21 m (largura) x 0,77 m (altura).	UND	4



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

33	MESA PARA TÊNIS DE MESA - Mesa de ping pong 18mm; Confeccionada em MDF de 18 mm, tendo maior resistência e durabilidade, além de ser pintada com tinta de secagem UV, para menor incidência de reflexo. Possui pés com rodízio para facilitar a movimentação e acompanha rede e suporte. Desmontável, pés dobráveis. Com medidas oficiais. Altura 76 cm; largura 1.52 m; profundidade 2.74 m; peso 62 kg. Cor azul. Com 2 suportes para rede e 1 rede.	UND	4
34	PARES DE ANTENAS PARA VÔLEI - Antena para vôlei e futevôlei; feita em fibra de vidro maciça, inteiriça. Cores: vermelha e branca; Dimensões: 1,8m x 1cm.	PAR	5
35	PLACAR DE MESA MANUAL - Material: PVC; Cor predominante: Preto; Peso do produto: 728g; Aberto: Altura: 21 cm; Largura: 20 cm; Comprimento: 38 cm. Fechado: Altura: 21 cm; Largura: 4 cm; Comprimento: 38 cm. Peso: 862g.	UND	5
36	PLACAR ELETRÔNICO - Placar eletrônico poliesportivo grande (80 cm x 50 cm), com cronômetro regressivo, sirene interna e controle remoto total sem fio. Cronômetro regressivo programável, com sirene que é ligada automaticamente no final da temporização. Dígitos dos Gols/Pontos, Set/Faltas e Período de leds SMD com 15 cm de altura., permitindo visualização a grande distância. Controle Remoto Total SEM FIO; Gabinete (Chassis) reforçado construído em Alumínio Anodizado. Características Técnicas: Dimensão: 80 cm x 50 cm x 6 cm; Dígitos dos Gols/Pontos, Set/Faltas, Período: 15 cm x 7 cm; Dígitos do Cronômetro: 6,5 cm x 4 cm. Cronômetro Regressivo (Decrescente), totalmente programável pelo controle remoto, com sirene que é ligada automaticamente quando o tempo chegar a zero. Peso: Aproximadamente 9 kg Sirene interna.	UND	2
37	PROTETOR DE BRAÇO ANTEBRAÇO PARA ARTES MARCIAIS - Feito de couro sintético e espumas de média densidade. Alta resistência e Durabilidade. 02 elásticos externos para melhor afiação; 01 elásticos interno para melhor afiação do antebraço; Tamanho P - Infantil - 25 cm; Tamanho M - Infantil/Juvenil - 27 cm; Tamanho G- Adulto - 30 cm.	PAR	20
38	PROTETOR DE CANELA CANELEIRA PARA ARTES MARCIAIS - Feito de couro sintético e espumas de média densidade. Alta resistência e Durabilidade. 2 elásticos externos para melhor afiação na canela. Tamanho P - infantil - 25 cm - até 1,50m de estatura; Tamanho M - Infantil/Juvenil - 27 cm - até 1,70m de estatura; Tamanho G - Adulto - 30 cm - acima de 1,70m de estatura.	PAR	20



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

39	PROTETOR GENITAL COQUILHA PARA ARTES MARCIAIS - Possui corpo removível e com bordas de silicone. Material: Slip: 100% poliéster; Elástico: 75% poliéster / 25% elastodieno; Conquilha: 60% PE / 40% T. P.E	UND	40
40	RAQUETE APARADOR DE CHUTES PARA ARTES MARCIAIS - Confeccionada em lona de caminhão de alta resistência. Características: Maior espessura de espuma e borracha; possui 6 cm de espessura; Costuras reforçadas; Cabo super-resistente. Não quebra facilmente; Fechamento em cadarço de nylon. Comprimento total: 43cm; Largura total: 24cm; Espessura: 6cm; Peso: 350 gramas por unidade da raquete.	UND	20
41	RAQUETE APARADOR DE CHUTES PARA ARTES MARCIAIS DUPLA - Confeccionada em lona com fundo em trama de nylon. Características: Fabricado em material sintético de alta resistência e durabilidade; Costuras laterais reforçadas; Cabo super resistente; Fechamento com zíper trator; Comprimento total: 40cm; Largura total: 21cm; Espessura: 9cm; Peso: 420 gramas por unidade da raquete.	UND	20
42	RAQUETE ESPORTIVA DE TÊNIS DE MESA - Raquete esportiva para tênis de mesa, com corpo em madeira e revestimento em borracha nos dois lados. Tamanho único, na cor preta, com aplicação específica para a prática do esporte.	PAR	15
43	REDE DE FUTVÔLEI - Fio: Polietileno 2,5mm; Nylon: Trançado; Malha: 10x10 cm; 4 esticadores em PVC rígido; Lona: 04 faixas emborrachadas sintéticas sendo de 14cm nas laterais e 7cm na parte superior e inferior - com reforço nas extremidades superior e inferior para evitar o corte pelo cabo de aço. Sonda para passagem de corda ou cabo de aço na parte superior. Costura dupla com linha 0,40 poliamida. Reguladores e ganchos galvanizados; Tamanho: 9,50m x 1m.	UND	10
44	REDE DE GOL PARA FUTEBOL DE CAMPO - Dimensões: 7,50m na largura, 2,50m de altura, 2,00m de recuo superior e 2,00m de recuo inferior; Malha (Distância entre nós): 15x15cm; Fio: 4mm de polietileno de alta densidade - 100% virgem, com tratamento contra as ações do tempo (U.V); Cor: Branca.	PAR	5
45	REDE DE GOL PARA FUTSAL - Dimensões: 3,20m na largura, 2,10m de altura, 0,40m de recuo superior e 1,00m de recuo inferior; Malha (Distância entre nós): 12x12cm; Fio: 2mm de polietileno de alta densidade - 100% virgem, com tratamento contra as ações do tempo (U.V); Cor: Branca.	PAR	20
46	REDE DE GOL PARA SOCIETY NYLON CAIXOTE - Fio 8mm; Uso Profissional Intenso; Dimensões: 4,20m, (largura) x 2,30m (altura) x 1,00m (recuo superior) x 1,00m (recuo inferior); Malha: 15x15cm; Material: Polietileno 100% virgem, com tratamento UV; Cor: Branca; Com durabilidade máxima, resiste a impactos intensos e frequentes.	PAR	10
47	REDE DE TÊNIS - Rede retrátil para tênis de mesa (ping-pong), com extensão de até 1,80 metro, modelo universal, compatível com diversos tipos de mesas.	UND	40



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

48	REDE DE VÔLEI DE PRAIA - Fio: Polietileno 2,5mm; Nylon: Trançado; Malha: 10x10 cm; 04 esticadores em pvc rígido; Lona: 04 faixas emborrachadas sintéticas sendo de 14cm nas laterais e 7cm na parte superior e inferior - com reforço nas extremidades superior e inferior para evitar o corte pelo cabo de aço. Sonda para passagem de corda ou cabo de aço na parte superior. Costura dupla com linha 0,40 poliamida. Reguladores e ganchos galvanizados; Tamanho: 8,50m x 1m.	UND	10
49	REDE DE VÔLEI DE QUADRA - Tamanho da rede de vôlei oficial: 9,5m x 1m; Material da rede: fio nylon ou seda 2mm 100% virgem com tratamento UV. 04 faixas de algodão (laterais, inferior e superior). Malha de 10cm entre nós.	UND	15
50	REDES DE PROTEÇÃO EM FIO DE SEDA (4 A 9MM) - Fio de seda trançado de 4mm a 9mm, capaz de suportar impactos intensos e uso prolongado. Altura = 10m; Comprimento = 40m; Largura = 20m. (Cota Principal de 75%)	UND	15
51	REDES DE PROTEÇÃO EM FIO DE SEDA (4 A 9MM) - Fio de seda trançado de 4mm a 9mm, capaz de suportar impactos intensos e uso prolongado. Altura = 10m; Comprimento = 40m; Largura = 20m. (25% exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)	UND	05
52	SACO DE PANCADA PARA ARTES MARCIAIS - Características: revestimento em pu, material de enchimento: eva, cor: a ser definida no ato do pedido; dimensões: 160cm x 45cm, variação aceitável de $\pm 10\%$, peso: 50kg, características adicionais: acompanha mosquetão e corrente de aço.	UND	10
53	TATAME E.V.A. PARA JIU-JITSU GRANDE (1x1M) - Largura da placa: 100cm (1m); Comprimento da placa: 100cm (1m); Espessura: 40mm (4cm). (Cota Principal de 75%)	UND	750
54	TATAME E.V.A. PARA JIU-JITSU GRANDE (1x1M) - Largura da placa: 100cm (1m); Comprimento da placa: 100cm (1m); Espessura: 40mm (4cm). (25% exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)	UND	250
55	TENDA PIRAMIDAL 4X4 COMPLETA (LONA COM ESTRUTURA GALVANIZADA) - Modelo: Piramidal, Gazebo, Galvanizada, Pirâmide, Reforçada, Pvc, Tubular, Aço e Lona. Altura x Comprimento x Largura: 2.5 m x 4 m x 4 m; Material do tecido: Lona PVC TD 1000; Material da Armação: Estrutura de Aço Galvanizada; Peso: 117 kg.	UND	10
56	TROFÉU 1º LUGAR - Troféu com 81 cm de altura, composto por base redonda de 21 cm de diâmetro, confeccionada em polímero na cor preta. Sobre essa base, há um suporte em acrílico ou polímero metalizado na cor dourada, seguido por uma coluna na cor dourada fosca, com anel e tampa em polímero metalizado dourado. A taça possui 21 cm de largura considerando as alças, sendo composta por uma cesta e uma copa em polímero metalizado na cor dourada fosca, com	UND	50



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

	tampa no mesmo material e acabamento. No topo, estatueta intercambiável conforme o evento. A base do troféu contará com gravação de 10 cm de comprimento por 5 cm de altura, com inscrições em branco contendo o nome da secretaria, aplicadas sobre fundo nas cores institucionais da respectiva secretaria e o brasão do município. As listras devem apresentar efeito degradê, conforme layout, preservando fidelidade às cores e detalhes em alta resolução. As cores poderão ser ajustadas conforme solicitação da secretaria.		
57	TROFÉU 2º LUGAR - Troféu com 77 cm de altura, composto por base redonda de 21 cm de diâmetro, confeccionada em polímero na cor preta. Sobre essa base, há um suporte em acrílico ou polímero metalizado na cor dourada, seguido por uma coluna na cor dourada fosca, com anel e tampa em polímero metalizado dourado. A taça, com 21 cm de largura considerando as alças, é composta por cesta em polímero metalizado na cor dourada e copa em polímero metalizado na cor dourada fosca, além de tampa no mesmo material e uma estatueta intercambiável, conforme o evento. A base do troféu contará com gravação medindo 10 cm de comprimento por 5 cm de altura, com inscrições em branco contendo o nome da secretaria. O fundo da gravação seguirá as cores institucionais da respectiva secretaria, incluindo o brasão do município. As listras devem apresentar efeito em degradê, conforme layout, mantendo a originalidade nas cores e detalhes em alta resolução. As cores poderão ser alteradas conforme solicitação da secretaria.	UND	50
58	TROFÉU DE ARTILHEIRO - Combinação da base preta, confeccionada em polímero ou acrílico resistente, com a estatueta dourada de um jogador de futebol em pleno movimento. Tamanho: 17cm de altura.	UND	50
59	TROFÉU DE GOLEIRO - Combinação da base preta, feita em polímero ou acrílico resistente, com a estatueta dourada de um jogador de futebol em pleno movimento; Tamanho: 18cm de altura.	UND	50
60	TROFÉU DE MELHOR JOGADOR - Combinação da base preta, feita em polímero ou acrílico resistente, com a estatueta dourada de um jogador de futebol em pleno movimento; Tamanho: 18cm de altura.	UND	10

1.2. Os itens objeto desta contratação seguem a padronização adotada pela Secretaria Municipal de Esportes, conforme as especificações técnicas e os requisitos mínimos de desempenho definidos neste Termo de Referência.

1.3. Os referidos itens são classificados como bens comuns, uma vez que possuem especificações usuais no mercado e padrões de qualidade amplamente reconhecidos, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O fornecimento dos itens será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Esportes, nos prazos, quantidades e locais definidos na respectiva Nota de Empenho.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Esportes, que tem como missão institucional fomentar o esporte e as atividades físicas no âmbito municipal, promovendo a inclusão social, o bem-estar da população e a formação cidadã por meio da prática esportiva. As ações desenvolvidas pela secretaria contemplam diferentes faixas etárias e modalidades esportivas, sendo executadas em diversos espaços públicos e projetos sociais mantidos pelo município. Para a execução eficaz dessas atividades, torna-se imprescindível a aquisição de materiais esportivos que sejam compatíveis com as necessidades técnicas e operacionais dos projetos em andamento. Esses materiais servirão de suporte para a realização de campeonatos, treinamentos, oficinas, atividades recreativas e educativas, garantindo melhores condições de prática esportiva para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos atendidos pelos programas da secretaria. A ausência ou insuficiência de equipamentos adequados compromete a qualidade das ações esportivas promovidas pelo poder público, limitando o acesso da população aos benefícios que a prática regular de esportes pode proporcionar. Assim, a aquisição ora solicitada busca suprir tais lacunas, garantindo a continuidade e a ampliação das atividades desenvolvidas, com vistas ao fortalecimento da política municipal de esporte e lazer. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não foi elaborado pela Municipalidade.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação ora proposta justifica-se pela necessidade de aquisição de materiais esportivos essenciais à execução dos projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes. A prática esportiva, além de representar uma importante ferramenta de promoção da saúde, é reconhecida como instrumento de transformação social, inclusão e fortalecimento de vínculos comunitários. Nesse sentido, o fornecimento de materiais adequados é condição indispensável para a realização das atividades previstas no planejamento anual da pasta.

3.2. A oferta de atividades esportivas estruturadas contribui diretamente para a ocupação saudável do tempo livre de crianças, adolescentes e jovens, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Ademais, a ampliação do acesso ao esporte também contempla públicos adultos e idosos, promovendo o

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

envelhecimento ativo e a melhoria da qualidade de vida da população. Tais ações estão alinhadas com diretrizes de políticas públicas nacionais e com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), notadamente no que se refere à promoção da saúde e do bem-estar (ODS 3) e à redução das desigualdades (ODS 10).

3.3. A ausência de materiais adequados prejudica diretamente a realização das atividades esportivas e limita o alcance dos resultados esperados pela Administração Pública. A reutilização de equipamentos desgastados, ou a carência de itens básicos, compromete a segurança dos participantes, desestimula a adesão dos beneficiários e compromete a imagem institucional da Prefeitura perante a comunidade. Dessa forma, a aquisição planejada e qualificada dos itens necessários é medida que visa não apenas a eficiência administrativa, mas também a valorização do esporte como política pública estruturante.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A solução adotada consiste na aquisição direta de materiais esportivos prontos para uso, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência. Os itens incluem bolas, redes, cones, cronômetros, entre outros, todos confeccionados com materiais de qualidade, duráveis e adequados ao uso frequente em treinos, competições e atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes. Os produtos deverão ser fornecidos novos, em perfeitas condições de uso, com tamanhos, medidas e características padronizadas conforme a modalidade, devidamente embalados e identificados.

4.2. A escolha por adquirir materiais esportivos oferece à Administração maior agilidade no atendimento das demandas esportivas, garantindo padronização, qualidade técnica e segurança no uso. Além disso, a medida simplifica o controle de recebimento, o armazenamento e o uso dos itens pelas equipes, reduzindo riscos operacionais e assegurando eficiência na execução das ações da política pública de esportes. A decisão está alinhada ao princípio da eficiência previsto na Lei nº 14.133/2021, promovendo economicidade, efetividade e resposta adequada às necessidades do serviço público municipal.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

São Requisitos da Contratação

5.1. Os materiais esportivos deverão ser novos, de primeira linha, e atender, no mínimo, às especificações técnicas constantes na descrição do objeto, conforme previsto neste Termo de Referência.

5.2. Os produtos deverão estar em conformidade com o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, quanto às suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, prazos de validade, origem e demais informações pertinentes.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

5.3. Os itens deverão atender às normas técnicas vigentes e possuir, quando aplicável, certificações de conformidade emitidas por órgãos competentes, como INMETRO, ABNT, ANVISA, ISO, entre outros.

5.4. As embalagens deverão ser adequadas à natureza de cada item, garantindo sua integridade até a entrega, devendo estar devidamente lacradas, resistentes e identificadas.

5.5. A entrega dos materiais será realizada de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Esportes, dentro dos quantitativos previstos no contrato e conforme as condições, prazos e locais indicados na Nota de Empenho.

5.6. Os custos de transporte, entrega, acondicionamento, descarregamento e demais encargos logísticos correrão por conta exclusiva da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.7. Para aferição da qualidade dos materiais, será exigida a apresentação de catálogos técnicos após a fase de lances, os quais serão analisados pelo setor competente para verificar a conformidade com as especificações solicitadas.

Subcontratação

5.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.8.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

5.9. NÃO será exigida a garantia da contratação.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.10. Há exigência quanto às marcas dos produtos a serem solicitados, conforme disposto no art. 41 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo os mesmos apresentar as seguintes marcas, por serem de 1ª linha e mais adequadas em termos de durabilidade, qualidade e segurança: Penalty, Mikasa, Topper, NBA DRV.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

- 6.1.** O prazo máximo para entrega dos materiais será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela contratada.
- 6.2.** A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.
- 6.3.** Em caso de imprevistos que comprometam o fornecimento, a contratada deverá apresentar justificativa formal, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para análise da Secretaria demandante. Situações de força maior deverão ser comprovadas.
- 6.4.** A contratada deverá possuir estrutura logística e capacidade operacional compatível com as entregas demandadas, nos endereços indicados pela Secretaria de Esportes.
- 6.5.** Os produtos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, por servidor designado, que verificará a conformidade dos bens com as especificações do Termo de Referência e da proposta vencedora.
- 6.6.** Os itens que apresentarem inconformidades técnicas, defeitos, avarias ou divergências de especificação deverão ser substituídos sem qualquer custo adicional, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação.
- 6.7.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos produtos, com a lavratura do termo circunstanciado de recebimento definitivo.
- 6.8.** Caso o recebimento definitivo não seja formalizado nesse prazo, ele será considerado tácito, salvo manifestação em contrário da Administração.
- 6.9.** O recebimento, ainda que definitivo, não exime a contratada da responsabilidade por vícios ocultos ou defeitos de fabricação, podendo a Administração adotar as providências legais cabíveis.
- 6.10.** A entrega será considerada concluída somente após a conferência física e técnica, na presença de servidor responsável e, se necessário, de representante técnico da contratada, com o preenchimento de checklist de recebimento técnico.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam tomadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos ou justificativas pela sua ausência, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Em caso de impossibilidade de apresentação dos documentos mencionados, no item 8.1 por parte do Contratado, esse deverá apresentar justificativa pela sua não apresentação, para que o pagamento possa ser feito, ficando ciente da possibilidade de abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades previstas em contrato ou outro instrumento equivalente, como também as previstas no ordenamento jurídico.

8.4. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente bancária de titularidade do Contratado.

8.5. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

8.6. De acordo com o Art. 2º-A da Instrução Normativa RFB nº 2145/2023, os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil;

8.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP- PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.8. A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.9. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.10. A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. Fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

9.4. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.9. Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

- 9.15.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 9.16.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 9.17.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.18.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;
- 9.19.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.20.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.21.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22.** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada dos últimos 30 (trinta) dias ou dentro do prazo de validade expressamente indicado na própria certidão.

Qualificação Técnica

- 9.23.** Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do pregão– Comprovação mediante no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

9.24. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.25. Os Atestados de Capacidade Técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.26. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação será informado após realização de pesquisa mercadológica.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.2. Receber os produtos de acordo com as especificações constantes neste documento, podendo rejeitá-los caso estejam em desacordo com o pactuado;

11.3. Efetuar o pagamento nas condições, prazos e valores estabelecidos, após o cumprimento das obrigações contratuais e a devida conferência dos produtos;

11.4. Comunicar formalmente à contratada a existência de imperfeições, falhas ou irregularidades nos produtos entregues, para que sejam substituídos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

11.5. Cumprir as demais disposições previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Efetuar a entrega dos materiais esportivos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, nos locais e horários designados pela contratante.

12.2. Fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações técnicas, marcas, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada na licitação.

12.3. Comunicar formalmente à contratante, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data prevista para a entrega, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades legais e contratuais.

12.4. Responder integralmente por danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão, culposa ou dolosa, durante a execução contratual.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

12.5. Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, compatíveis com as obrigações assumidas.

12.6. Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, eventuais acréscimos ou supressões nos quantitativos contratados, nos limites estabelecidos pelo art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7. Submeter-se à fiscalização da Administração contratante, prestando todos os esclarecimentos e documentos que lhe forem solicitados, sempre que necessário.

12.8. Cumprir integralmente todas as disposições previstas neste Termo de Referência, no edital de licitação, na proposta vencedora, bem como na legislação aplicável à matéria.

12.9. Manter canal formal de comunicação com a contratante, por meio de endereço eletrônico previamente informado, o qual deverá ser consultado com regularidade. O não retorno no prazo de até 02 (dois) dias úteis será interpretado como ciência tácita do conteúdo enviado pela Administração.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas por recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). A execução financeira seguirá as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal e será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, observando a legalidade e a economicidade.

15.2. Não há obrigatoriedade de informar dotação orçamentária para ata de registro de preço.

Jardim do Seridó/RN, 03 de dezembro de 2025.

Jeferson Maurício do Nascimento
Secretário Municipal de Esportes
Matrícula 2163



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADE NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DE PRIMEIRA LINHA E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.

MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38, com sede no Centro Cultural de Múltiplo Uso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”, Praça “Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho”, Centro, Jardim do Seridó/RN, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Esporte, Sr.^a Jeferson Mauricio do Nascimento inscrito no CPF/MF sob o nº 032. ***. ***-25, brasileiro, Casado, Jardim do Seridó/RN, CEP – 59.343-000, doravante denominado simplesmente **PROMITENTE CONTRATANTE** e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 077/2025-SRP**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto **Aquisição de materiais esportivos, de primeira linha e em perfeitas condições de uso, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Jardim do Seridó/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	MARCA	VALOR R\$ UNIT.	VALOR R\$ TOTAL

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA.

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

7. DAS PENALIDADES.

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Jardim do Seridó/RN, ____ de _____ de 2025.

Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN
CNPJ: 08.086.662/0001-38

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP- PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO Nº ____/____,
QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A
EMPRESA

MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38, com sede no Centro Cultural de Múltiplo Uso “Prefeito Pedro Izidro de Medeiros”, Praça “Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho”, Centro, Jardim do Seridó/RN, neste ato representado Secretário Municipal de Esporte, Sr.^a Jeferson Mauricio do Nascimento inscrito no CPF/MF sob o nº 032. ***. ***-25, brasileiro, Casado, Jardim do Seridó/RN, CEP – 59.343-000, doravante denominado simplesmente **PROMITENTE CONTRATANTE**, e a empresa Inscrição(a) no CNPJ sob o nº, doravante designada contratada, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 710.013/2025** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 077/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Aquisição de materiais esportivos, de primeira linha e em perfeitas condições de uso, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes de Jardim do Seridó/RN**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

EMPRESA:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	MARC A	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/20____, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP- PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

11.11001.10.122.0025.2557 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

11.11001.27.812.0039.2090 – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS

ELEMENTOS DE DESPESA:

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE:

15000000

17063110

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados;

5.2.1. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços;

5.2.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não será exigida garantia de contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN Nº 710.013/2025

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Jardim do Seridó/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Jardim do Seridó/RN, de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N° 077/2025 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 710.013/2025

ANEXO IV – DADOS DA EMPRESA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO CNPJ:			
NOME EMPRESARIAL:			
ENDEREÇO:		Nº:	CEP:
BAIRRO:	MUNICÍPIO:		UF:
ENDEREÇO ELETRÔNICO “E-MAIL”:		TELEFONE:	
FOTO EXTERNA (FAIXADA) E INTERNA DA EMPRESA:			